



Números capítulos 34 a 36

A importância do capítulo 34 consiste no fato que ele determina com precisão as fronteiras da terra que o SENHOR deu a Israel como sua herança, além da que havia sido anteriormente dada às tribos de Rúbem, Gade e metade de Manassés. Esta terra lhe foi dada para sua posse, portanto pertence a Israel, não importando quem a ocupe ou a reclame para si.

Sendo a terra herança, nenhuma tribo podia reclamar para si a sua parte: Deus, o proprietário, era quem indicaria os limites da propriedade de cada uma. Para esse fim Ele explicou a Moisés o que deveria ser feito, claramente, e nomeou as pessoas que deveriam executar o seu mandado, uma vez que Moisés não estaria mais vivo quando isso ocorresse.

Estas pessoas eram Eleazar o sacerdote e Josué, e um príncipe, ou maioral, de cada tribo, cujos nomes estão no capítulo 34.

Os levitas formavam uma tribo à parte, dedicada ao serviço do SENHOR, retirada dentre o povo de Israel para substituírem os primogênitos, que pertencem a Deus (Números 3:12,13). Essa tribo não receberia terras como herança, pois o SENHOR era *a sua porção e a sua herança* (capítulo 18:20, 26:62; Deuteronômio 10:9; 18:1,2), mas receberia cidades para morar, e pastagens em torno delas para os seus rebanhos. As pastagens incluíam duas áreas em volta de cada cidade.

As cidades seriam em número de quarenta e oito, das quais seis eram as chamadas cidades de refúgio. Cada tribo receberia território de extensão proporcional à sua população (capítulo 26:54), e daria cidades do seu território aos levitas na mesma proporção (versículo 8). Desta forma, os levitas e, entre eles, os sacerdotes, seriam espalhados no meio de todas as tribos para, imparcialmente, dar-lhes assistência, ensiná-las a lei e os caminhos de Deus, e conhecer os seus problemas.

Para que fossem acessíveis a todos, haveria três cidades de refúgio de cada lado do rio Jordão. Elas eram destinadas à proteção das pessoas que tivessem sido responsáveis, involuntariamente, pela morte de outras. Uma vez dentro de uma dessas cidades, o **homicida culposo** estaria seguro contra represália, fosse ele israelita ou estrangeiro. Após julgamento pela congregação, para confirmar que o homicídio não fora intencional, ele estaria livre da pena de morte desde que permanecesse dentro da cidade refúgio onde se houvesse acolhido, até a morte do sumo sacerdote. Só depois disto poderia ele voltar para casa. Ele corria risco de vida se saísse antes. Não era permitido o resgate (dinheiro, ou outra coisa qualquer) pela vida ou pela liberdade de um homicida.

O **homicida doloso**, porém, não tinha proteção e estava sujeito à morte pelo vingador de sangue, que era o parente mais próximo da vítima. O vingador de sangue tinha o direito de executar o assassino, se o achasse fora de uma cidade de refúgio, fosse ele homicida doloso ou apenas culposo. Se fosse doloso, o vingador de sangue tinha o dever de executá-lo, e para esse fim as autoridades da sua cidade tinham a responsabilidade de tirar o homicida de alguma cidade de refúgio onde tivesse se abrigado (Deuteronômio 19:12). Ninguém podia ser julgado culpado de homicídio intencional pela boca de uma só testemunha. Num. 35:30

O homicídio, acidental ou intencional, profanava a terra e só podia ser expiado com a execução do assassino. As cidades de refúgio eram uma forma da misericórdia de Deus, permitindo que esta sentença de morte fosse suspensa, em certas condições, para os responsáveis por mortes acidentais. As cidades de refúgio eram símbolos da proteção do juízo de

Deus, que o pecador tem em Cristo (Salmo 46:1; 142:5, Isaías 4:6; Êxodo 21:13; Deuteronômio 19:2-9; Romanos 8:1, 33, 34; Filipenses 3:9; Hebreus 6:18,19).

Cada tribo recebeu uma extensão de terra como herança sua, e dentro de cada tribo cada família tinha a sua. A herança passava aos filhos homens de geração em geração. Disso surgiu o problema da herança quando não havia filhos homens na família, que foi resolvido permitindo que, neste caso, as filhas tivessem direito à herança (capítulo 27:1-11). Mas agora surgiu outro problema: se uma herdeira se casasse com um homem de outra tribo, a herdeira passaria a ser propriedade da tribo do marido. A tribo a quem elas pertenciam teriam desta forma sua herança reduzida e a outra, a quem pertencia o marido, aumentada.

A solução que Moisés recebeu do SENHOR foi: as mulheres herdeiras poderiam casar-se apenas dentro da família da tribo de seu pai. As tribos israelitas deveriam se vincular à terra que receberam em herança.

O livro de Números abrange trinta e nove anos da história de Israel, e termina quando o povo estava acampado às margens do rio Jordão, prestes a entrar na terra prometida. Seu último versículo conclui o ministério público de Moisés. A seguir temos o livro de Deuteronômio, que transcreve o longo discurso de Moisés feito a partir do primeiro dia do mês undécimo, no ano quadragésimo do povo de Israel - durante poucos dias antes da sua morte. Neste discurso ele recapitula a peregrinação pelo deserto, bem como a lei que recebeu do SENHOR.

Estes livros nos dão alguns detalhes das vidas do povo de Deus durante sua experiência no deserto. Encontramos fracassos, rebeliões, reclamações, sofrimentos, e através desses exemplos tiramos lições valiosas para nossas próprias vidas à medida que percorremos o deserto desta vida.

Encerramos mais um livro, pela graça de Deus. Glória a Deus!!!

DEVOCIONAL DA SEMANA

Deuteronômio 1 ao 5

Professora Rebeca Paula Neto
rebeccapn@hotmail.com

[Volta](#)